



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

LIDO SESSÃO PLENÁRIA	APROVADA
16 JUL 2026	16 JUL 2026
 Eronides Dias da Luz Secretário de Apoio Legislativo	PRESIDENTE

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 08/07/2026 - DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 257/2026 (PROCESSO Nº 26311/2026 - MSG Nº 034/2026), REFERENTE AO PROJETO DE LEI QUE “ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) PARA O EXERCÍCIO DE 2027”. PRESIDENTE: VEREADOR ILDE TAQUES. MESA DE HONRA: VEREADOR ALEX RODRIGUES; SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO: RAFAEL ALVAREZ PAULINO; SECRETÁRIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO: PATRÍCIA ALONSO. PRESENTE: ROBINSON CIREIA DE OLIVEIRA. AUSENTE: VEREADORA SAMANTHA IRIS. Ao oitavo dia do mês de Julho, às 14h57min (Quatorze horas e cinquenta e sete minutos), no Plenário das deliberações “Paulo Borges”, o Sr. Presidente – Vereador Ilde Taques, deu por iniciada, cumprimentou os presentes, dando-lhes as boas-vindas. Invocando a proteção de Deus em nome da liberdade e da democracia, declarou aberta aquela audiência pública. Em seguida, em postura cívica, acompanharam a execução do hino a Cuiabá. Após o hino, o vereador Ilde Taques, presidente da audiência pública, iniciou seu pronunciamento agradecendo a Deus pela oportunidade de estarem reunidos para discutir um tema tão importante para o futuro da capital. Cumprimentou os vereadores presentes, registrando a ausência, por motivos superiores, da Vereadora Samantha Íris, membro da comissão, saudou as autoridades, os servidores da Casa, os representantes do Poder Executivo, na pessoa do Secretário Rafael e da Secretária Adjunta Patrícia Alonso, bem como todos os cidadãos que acompanhavam a audiência pública. O vereador Ilde Taques questionou se o secretário Rafael ou a secretária Patrícia desejavam fazer alguma palavra inicial; ambos negaram o uso da palavra naquele momento. Em seguida, o presidente Ilde Taques explicou que a audiência tinha como objetivo discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2027. Ele afirmou que a LDO é uma das leis mais importantes do município, pois define as prioridades da administração, estabelece as metas fiscais e orienta a elaboração do orçamento do ano seguinte. Em outras palavras, é ela que indica como e onde os recursos públicos devem ser aplicados. O vereador Ilde Taques ressaltou, contudo, que tão importante quanto planejar é executar. Dirigindo-se ao secretário Rafael, afirmou que o cidadão não vive de promessas no papel; ele espera que as obras aconteçam, que os serviços públicos melhorem e que os recursos cheguem onde realmente são necessários. O presidente registrou, ainda, um tema que merece atenção especial daquela Casa: a execução das emendas parlamentares impositivas. Ele mencionou que o ex-vereador Cireia, presente, sabia da importância das emendas, pois elas chegam efetivamente às comunidades, e que 99% delas são indicações dos próprios representantes comunitários. As emendas, segundo ele, representam demandas legítimas da população, sendo recursos destinados pelos vereadores para atender bairros, associações, projetos sociais, saúde e educação, citou dois exemplos concretos de sua atuação. Ele afirmou ter destinado R\$ 190 mil reais para a instituição ATAAP (ASSOCIAÇÃO TERAPÊUTICA, AMBIENTAL E ACOLHIMENTO



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PARAÍSO) onde tratam de pessoas com dependência química e fazem acolhimento de pessoas em situação de rua, ressaltou que esse projeto salva vidas, disse que, parece ser um recurso pequeno para alguns, para a associação é fundamental, pois custeia a alimentação e toda a infraestrutura necessária para receber essas pessoas. Mencionou, ainda, outra emenda no valor de R\$ 100.000,00 destinada ao projeto Judô do BOP, uma associação que atende 350 crianças na região da Grande Morada da Serra, oferecendo disciplina, educação e oportunidades, afastando-as das ruas e de más influências; os recursos seriam utilizados para compra de material esportivo, como quimonos, e para o custeio dos profissionais envolvidos. O vereador Ilde também fez referência a uma emenda de autoria dele mesmo, no valor de R\$ 500.000,00, destinada à reforma de três UPAs na capital: a UPA do Morada do Ouro, a UPA do Leblon (onde ocorreu um desmoronamento de muro durante as chuvas do ano anterior, já reparado) e a UPA do Verdão. Ele ressaltou que esses recursos são de grande importância e que é obrigação do Executivo pagar as emendas dos vereadores, pois a emenda não é paga ao parlamentar, mas sim à população, especialmente aquela que utiliza esses serviços de saúde. Por isso, defendeu que não basta que as emendas estejam previstas na lei; é fundamental que sejam executadas e pagas, comprometendo-se a fazer essa cobrança ao Executivo. O vereador Ilde registrou, ainda, uma observação importante: o projeto encaminhado pelo Poder Executivo que previa o limite de 1% da receita corrente líquida para emendas parlamentares, embora a Lei Orgânica do Município estabeleça expressamente o percentual de 2%. Ele mencionou que a presidente da Câmara, vereadora Paula, já havia se manifestado sobre o cumprimento dos 2%, parabenizando o trabalho dela nessa questão. Diante disso, a comissão emitiu parecer favorável à emenda modificativa apresentada pela presidente Paula, adequando o texto da LDO à legislação municipal e garantindo segurança jurídica ao projeto. O vereador Ilde dirigiu-se aos representantes do Executivo presentes, a secretária adjunta Patrícia Alonso e o secretário Rafael, manifestando a expectativa de cumprimento da lei, com mais transparência, previsibilidade e eficiência na execução das emendas parlamentares, para que os recursos cheguem efetivamente à população. Ele solicitou que fosse estabelecido um cronograma para o pagamento dessas emendas, para que os recursos cheguem efetivamente à população. Registrou que essa cobrança partia do vereador Ilde Taques, presidente da comissão, e que quem ganha sempre é a população, o cidadão cuiabano. Em seguida, passou a palavra ao secretário Rafael para os esclarecimentos. Na sequência, o secretário Rafael iniciou sua fala agradecendo ao presidente e cumprimentando a todos os presentes. Antes de iniciar a explanação sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, fez uma reflexão sobre a situação financeira do município. Ele afirmou que o município não possui condições financeiras para garantir serviços essenciais, o que reflete diretamente no pagamento das emendas parlamentares. Explicou que as emendas seguem um rito e um protocolo próprios: são encaminhadas



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

à Secretaria de Governo, passam pela Secretaria de Planejamento e Orçamento e, caso haja inconsistências, podem ser sanadas ao longo do ano, devendo ser pagas até o último dia do ano. O secretário destacou que, no entanto, as emendas têm um detalhe importante: as condições financeiras essenciais do município são prioritárias. A partir do momento em que não há condições de garantir essas prioridades constitucionais, não há condições de arcar com as emendas. Ele afirmou que isso demonstra que a saúde financeira do município estava muito pior do que se imaginava, mas acreditava que, ao longo daquele ano, estavam fazendo tratativas razoáveis (embora rígidas e duras) para que, a partir do ano seguinte, pudessem ter caixa para pagar as emendas e realizar os investimentos necessários. Ele diferenciou a manutenção do que já estava funcionando dos novos investimentos, observando que o custeio era muito alto e que Cuiabá dependia muito de recursos externos, não conseguindo produzir sua própria dotação orçamentária. Esse, segundo ele, era o principal motivo da falta de condições legais para pagar as emendas. Disse que poderia falar do ano anterior em diante e que teriam uma noção melhor em novembro, no que diz respeito a ter recursos suficientes para pagar as emendas. O secretário esclareceu que não poderia fazer distinção entre emendas, pois elas seguem um regimento próprio. Para serem pagas, é necessário que haja recursos financeiros dentro das prioridades estabelecidas. Exemplificou: não se pode deixar de pagar medicamentos, que são prioridade constitucional, para pagar emendas ou investimentos, por mais que a população os almeje. Em seguida, anunciou que passaria a uma apresentação sobre a LDO, para tornar a discussão mais interessante. O Vereador Ilde pediu um parêntese antes de o secretário iniciar a apresentação. Ele lembrou ao secretário que a emenda impositiva é prevista em lei e que é obrigação do Executivo efetuar seu pagamento, sob pena de incorrer em improbidade administrativa caso não o faça. O vereador argumentou que várias emendas também se referem a serviços essenciais, citando como exemplo os R\$500.000,00 destinados à reforma das três UPAs, que, segundo ele, configura serviço essencial na área da saúde. Ele reconheceu a discussão sobre a dependência de recursos externos, mas pediu consciência e sensibilidade para uma visão aberta, inclusive para receber recursos do governo federal. Para encerrar, informou que sabia que algumas emendas já haviam sido pagas e, como presidente da comissão, questionou o que precisava saber a respeito do cronograma e da execução desses pagamentos. O Secretário Rafael continuou sua explanação, respondendo ao questionamento do Presidente Ilde sobre as prioridades e os cronogramas das emendas parlamentares. Ele afirmou que as emendas são impositivas e previstas em lei, mas que existem algumas exceções, e todas essas exceções devem ser justificadas legalmente. Reconheceu que não fazia parte da sua gestão anterior, mas que havia conversado para saber sobre as tratativas das emendas, embora a responsabilidade não fosse da Secretaria de Planejamento, mas sim da Secretaria de Governo. Informou que o rito das emendas está sendo respeitado e que há um setor específico na



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

Secretaria de Governo para isso. O secretário mencionou que perguntou sobre o ano anterior para verificar se todas as justificativas estavam tecnicamente e legalmente fundamentadas, e que lhe foi passada a informação de que estavam. Em seguida, foi questionado novamente pelo Presidente Ilde Taques sobre quais seriam esses ritos das emendas parlamentares. O Secretário Rafael respondeu que a legislação estabelece um rito que vai até setembro, com prazos em março, junho e setembro para apresentação e ajustes, e que o pagamento deve ser feito até 31 de dezembro daquele ano. O Presidente Ilde Taques interrompeu novamente para esclarecer que a pergunta não era sobre o cronograma de apresentação das indicações, mas sim sobre o cronograma de execução e pagamento das emendas pelo Executivo. Ele ressaltou que algumas emendas já foram pagas, mas que o que a comissão queria saber era como seria o cronograma para os pagamentos futuros, se seriam no mês seguinte, no final do ano ou em outra data. Sugeriu que, se o secretário não pudesse responder naquele momento, poderia encaminhar uma resposta em até uma semana, ou mesmo marcar uma nova reunião para esclarecer as dúvidas. O Secretário Rafael retomou o tema das emendas parlamentares, esclarecendo que a demanda relacionada ao cronograma de pagamentos era de responsabilidade da Secretaria de Governo, mas que, no que se refere ao aspecto legal, ele poderia explicar o rito. Afirmou que a indicação da emenda passa por um processo de aprovação que deve respeitar toda a norma vigente, e que o ciclo da emenda se estende até o mês de setembro, sendo o pagamento obrigatório até 31 de dezembro daquele ano. Ele ponderou que, para que se pudesse fornecer uma previsão mais clara, seria necessário aguardar o término desse ciclo, por volta de setembro, quando todas as indicações estariam consolidadas. Somente então seria possível avaliar, com base no fluxo de caixa e nas prioridades essenciais do município, se haveria condições financeiras para arcar com o pagamento integral das emendas. O secretário ressaltou que, findo o ano, as indicações não pagas se encerram e o ciclo recomeça no exercício seguinte, sendo esse o rito normal de uma emenda parlamentar. Ele finalizou afirmando que, antes de discutir o agravamento financeiro, era necessário compreender o processo de planejamento e as projeções orçamentárias que estavam sendo apresentadas. Ele explicou que o planejamento é uma atividade que se assemelha à de um "futurologista", pois precisa prever as despesas e receitas futuras. No serviço público, as despesas só podem ser realizadas se houver receita correspondente, razão pela qual o estudo da receita é fundamental, pois baliza as despesas, os investimentos e a manutenção dos serviços. Após responder às indagações sobre o cronograma das emendas parlamentares e destacar a importância do planejamento financeiro, o Secretário Rafael deu início à apresentação formal da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027. Durante a apresentação sobre a saúde, o Presidente Ilde perguntou ao secretário Rafael, qual seria a previsão de reduzir os exames, cirurgias e consultas, teria alguma previsão sobre isso na LOA (Lei Orçamentária Anual). O secretário respondeu que a LDO indicava o que o município



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

estava investindo naquele momento e o que se pretendia investir no ano seguinte. Ele apresentou um retrato do que fora decidido no ano anterior em relação aos investimentos em saúde, destacando que havia um incremento na área nunca antes visto. O presidente Ilde perguntou se nesse investimento havia projetos específicos para diminuir as filas de atendimento. O secretário respondeu que trataria desse assunto em detalhes em uma segunda sessão, onde apresentaria todos os projetos que faziam parte da obrigação da LDO. O secretário explicou que a LDO foi criada para evitar a construção de "elefantes brancos", ou seja, obras e projetos sem continuidade ou sem planejamento adequado. Ele afirmou que, ao contrário do passado, agora os projetos precisam ser formalizados e constar na LDO, com prioridades claras. Por exemplo, ao definir a saúde como prioridade, o gestor não pode ser genérico; precisa especificar quais ações e projetos serão priorizados, e isso seria detalhado na segunda sessão. Em seguida, o secretário deu continuidade a apresentação. Em seguida, o Vereador Ilde, tomou a palavra para fazer uma ponderação sobre a fala do Secretário Rafael a respeito das emendas parlamentares e da situação financeira do município. Ele iniciou sua manifestação lembrando que, durante a campanha eleitoral, o atual prefeito Abílio Brunini defendia que, se não houvesse corrupção, Cuiabá teria uma vida financeira saudável e recursos suficientes para investimentos. O vereador Ilde afirmou ter certeza de que o prefeito Abílio é uma pessoa honesta e honrada, e que o município vive um novo momento. Com base nisso, ele expressou a expectativa de que os investimentos prometidos venham a se concretizar. Em seguida, o vereador Ilde indagou qual seria o elemento necessário para que esses investimentos se efetivassem, e respondeu a si mesmo: "gestão". O secretário concordou e retomou a apresentação. Na sequência, o Presidente Vereador Ilde dirigiu-se ao Secretário Rafael, e pediu desculpas pela interrupção, mas afirmou que, em sua condição de presidente da comissão, sentia-se muito orgulhoso por ter aprovado, após amplo debate e análise criteriosa da equipe jurídica, o empréstimo destinado a investimentos em infraestrutura, microrrevestimento asfáltico e melhorias viárias na capital. Destacou que esse recurso chegava em um momento extremamente importante, uma vez que o município passou praticamente todo o ano de 2025 sem investimentos significativos, limitando-se a ações emergenciais de tapa-buracos. Diante disso, ele expressou grande esperança de que, dessa vez, os investimentos sejam executados com qualidade e no momento adequado. Mencionou, ainda, a recente parceria firmada com o governo do estado, por meio de convênio que contemplará 17 bairros com micros investimentos. Ele avaliou que, somando esse convênio ao montante proveniente do novo empréstimo, será possível atender uma parcela significativa da população cuiabana, levando melhorias concretas à infraestrutura urbana. O Secretário Rafael enfatizou a importância de se obter recursos novos para viabilizar investimentos, que era a necessidade mais urgente do município. Ele afirmou que a administração não podia se contentar em apenas manter a máquina pública funcionando; a população esperava



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

melhorias, e esse era o propósito do prefeito Abílio Brunini ao assumir a gestão. O secretário destacou o grande desafio relacionado ao saldo de restos a pagar até 31 de dezembro, que era negativo em R\$ 390 milhões. Explicou que, se essa meta não fosse cumprida, o município perderia a última parcela do empréstimo já aprovado e, o que era pior, ficaria impedido de obter novos financiamentos semelhantes no futuro, como se estivesse inscrito no Serasa. Para evitar esse cenário, era necessário que todos os setores da administração fizessem um esforço conjunto, alinhando as despesas ao orçamento, sem que uma secretária disparasse gastos enquanto as outras contivessem, pois todas deveriam remar na mesma direção. O secretário ressaltou que as áreas de educação e saúde representavam metade do orçamento municipal, de modo que qualquer deslize nessas pastas comprometeria as demais e inviabilizaria a própria prefeitura. Por isso, sua equipe trabalhava em duas frentes: cortar despesas, o que, embora difícil, era necessário, e, principalmente, buscar melhorar a receita do município sem aumentar impostos, pois a população já estava sobrecarregada. Ele informou que contava com uma equipe capacitada, que monitorava diariamente os gargalos das secretarias para evitar a perda de receita. O secretário concluiu afirmando que todo esse esforço visava garantir que, ao final do ano, as metas fossem cumpridas, pois perder por uma pequena margem significaria desperdiçar um empréstimo de R\$70 milhões e comprometer a credibilidade da gestão. Ele reconheceu que o empréstimo só foi possível graças à confiança depositada pela Câmara Municipal e pelo prefeito na equipe de gestão, e que esse era o compromisso que todos deveriam honrar. Em seguida, o Presidente Ilde disse que, a Casa Legislativa, independentemente de base governista, oposição ou parlamentares independentes, jamais se ausentaria a aprovar um projeto tão importante quanto o empréstimo para Cuiabá. Em seguida, o secretário Rafael complementou afirmando que não havia interesse do município em deixar de pagar as emendas, pois a intenção era melhorar a saúde e a educação. Reconheceu que o principal problema em 2025 foram contas não previstas, que desequilibraram o orçamento. Contudo, o presidente Ilde fez uma ressalva: na prática, algumas emendas estavam sendo pagas pelo Executivo e outras não. O vereador fez referência à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, mencionando a luta do presidente Max Russi (governo do estado) para que as emendas dos 24 deputados estaduais fossem pagas, pois o beneficiário final é a população, ressaltou que há emenda de alguns vereadores sendo pagas e de outros vereadores não. Em seguida, o secretário Rafael retomou que as emendas seguem um rito legal. Interrompeu a fala o Presidente Ilde Taques e complementou dizendo que, o rito já foi cumprido por todos os vereadores, que protocolaram suas indicações dentro do prazo, com projetos, instituições e pastas definidas. Continuou o Secretário Rafael, ele afirmou que, para que se saiba se o rito foi cumprido, é necessário entender onde ele termina: se o pagamento é a etapa final do rito, então, se a emenda não foi paga, deve haver uma justificativa legal para tanto. O vereador sugeriu que seria interessante que a gestão



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

apresentasse, para cada emenda não paga, a razão objetiva do não pagamento, uma vez que todas as emendas seguem um rito legal e, se esse rito foi cumprido, o pagamento deve ocorrer. Ele mencionou que o Dr. Leandro, à frente do setor responsável pelas emendas, certamente detinha toda a documentação que justificava o pagamento ou não de cada emenda. Em seguida, o Presidente Ilde Taques apresentou um exemplo referente às suas emendas, citou que destinou o valor de R\$80.000,00, destinado à reforma do telhado do centro comunitário do bairro Bela Vista. Ele narrou que a presidente da associação apresentou toda a documentação exigida e, embora na primeira etapa tenham faltado alguns documentos, ela os protocolou posteriormente, e a equipe da prefeitura, comandada pelo Dr. Leandro, deu parecer favorável à emenda, recentemente a resposta foi negada. O vereador demonstrou estranhamento com a mudança de posicionamento, sugerindo que a negativa poderia estar relacionada a questões de caixa ou, eventualmente, a mudanças de posicionamento político dentro do parlamento. Ele afirmou que esperava, pelo menos, uma resposta sincera sobre o motivo do não pagamento, uma vez que o parecer favorável havia sido concedido. O Secretário Rafael respondeu que todas as emendas que passaram pela Secretaria de Planejamento seguiram o rito normal, independentemente de quem as apresentou. Ele explicou que o parecer favorável é emitido na etapa de planejamento, mas o pagamento final depende do caixa do município, que é gerido pela Secretaria de Fazenda. O secretário afirmou que, se uma emenda não foi paga, a razão é, muito provavelmente, a falta de caixa, e que essa justificativa deve ser formalizada legalmente, dentro do prazo estabelecido até 31/12, prazo legal, dentro da legalidade e esclarecendo a ausência de caixa e quais eram as prioridades legal para que essa emenda não fosse honrada. O Vereador Ilde fez uma correção quanto ao prazo para liquidação e pagamento das emendas, afirmando que o prazo final é 28 de novembro, e não 31 de dezembro. O secretário concordou e reforçou que, ao chegar nesta data, o parlamentar tem o direito de cobrar a justificativa para o não pagamento, e que essa justificativa, segundo o secretário, seria de natureza financeira. Na sequência, o vereador Ilde agradeceu ao secretário pelas explicações. Em seguida, antes de dar continuidade à apresentação do secretário, convidou a senhora Marivone Pereira, presidente do SINTEP Cuiabá, para fazer uso da palavra. Ele registrou que o sindicato havia encaminhado um ofício com denúncias relacionadas à Secretaria de Educação, no valor de R\$80 milhões, e que a comissão já havia feito uma cobrança sobre o assunto a partir das indagações referentes ao sindicato feitas por ela. Em seguida, a senhora Marivone Pereira, fez uso da palavra agradecendo ao Presidente e a todos os presentes. Ela explicou que estava ali como representante da categoria da educação, acompanhada de outros companheiros da subsede, e manifestou preocupação com a ausência, na LDO, de uma reivindicação aprovada em assembleia geral no ano anterior, referente à atualização da Lei Orgânica dos Profissionais da Educação e do plano de carreira. Ela recordou que uma comissão instituída pela Secretaria de Educação havia



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

encerrado seus trabalhos há cerca de dez meses, tendo sido encaminhada a questão do impacto financeiro, mas a reformulação não constava na LDO. Destacou que os profissionais da educação, professores e técnicos, aguardavam a valorização, uma vez que o plano de carreira da educação era, entre todos os planos da prefeitura, o pior. mencionou que o prefeito Abílio Brunini havia prometido incluir a atualização na LOA após as eleições, mas tal previsão não estava na LDO, motivo da solicitação para que o plano de carreira fosse incluído nas prioridades. Informou que iria protocolar junto ao vereador Ilde um ofício do SINTEP explicando a necessidade da reformulação, e que também iriam protocolar junto aos demais vereadores explicando a necessidade da reformulação do plano de carreira, e que já haviam iniciado esse protocolo naquela tarde e continuariam no dia seguinte. Ela enfatizou que um plano de carreira reformulado, que valoriza os profissionais e requer recursos, precisa estar previsto na LDO. Em seguida, o Presidente agradeceu a Senhora Marivone, disse que recebeu o ofício do SINTEP, dirigindo-se ao secretário, registrou a indagação da representante sindical. Em seguida, assumiu o compromisso, em nome da comissão, de determinar à equipe jurídica que marcasse uma audiência pública com os professores, com o SINTEP e com todos os representantes da área da educação, ressaltou a importância do debate sobre o plano de carreira e a atualização da Lei Orgânica dos Profissionais da Educação, classificando a pauta como relevante para a categoria e para o município. Ele anunciou que a comissão marcaria uma audiência pública antes da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para discutir especificamente o tema. Em seguida, dirigiu-se ao Secretário Rafael e à Secretária Adjunta Patrícia Alonso, solicitando que levassem ao conhecimento do Poder Executivo a indagação formulada pela senhora Marivone Pereira, representante do SINTEP, para que a demanda pudesse ser avaliada quanto à viabilidade orçamentária e à inclusão no planejamento do próximo exercício. Em seguida, o secretário Rafael corrigiu o prazo para pagamento das emendas, esclarecendo que o prazo legal é 31 de dezembro, conforme a Lei nº 4.320/1964, que determina que a despesa deve ser empenhada e liquidada até o último dia do exercício. Ele afirmou que o impacto orçamentário deve ser analisado com cautela, sem criar expectativas irreais, mas garantiu que a gestão está empenhada em colocar a economia nos trilhos. Se o impacto orçamentário for viável, ele acreditava que o prefeito Abílio Brunini cumpriria sua promessa, mas ponderou que as condições financeiras mudaram após a descoberta de um passivo muito superior ao previsto. O secretário criticou a falta de transparência na transição de governo, pois a gestão anterior não informou adequadamente o tamanho do endividamento, o que comprometeu o planejamento e inviabilizou parte das promessas. Ele concluiu que, embora as dificuldades sejam grandes, a equipe trabalhará para estancar as perdas e buscar a melhoria dos indicadores, priorizando o equilíbrio fiscal. O Vereador Ilde, presidente da comissão, manifestou compreensão pelas dificuldades enfrentadas pela gestão atual, que recebeu um passivo de quase R\$ 800 milhões apenas em



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

forneecedores da saúde, o que gerou até falta de medicamentos. Ele reconheceu os esforços do Executivo, mas ponderou que promessas de campanha devem ser cumpridas, e que o prefeito deveria ter estudado a realidade do município antes de assumir compromissos. Afirmou que a solução deve ser encontrada agora, com união de forças entre a Câmara Municipal, o Executivo e as secretarias envolvidas, citando o trabalho dos agentes comunitários de saúde como exemplo de luta que está dando resultados. Ele concluiu que, se uma promessa foi feita, o debate deve ser aberto e uma solução deve ser buscada, mesmo que seja necessário ajustar em outras áreas ou buscar recursos externos, mas que não se pode deixar um segmento tão importante como a educação sem resposta. O Secretário Rafael, afirmou que o compromisso da gestão é enfrentar os desafios, e que ninguém estava reclamando das dificuldades, mas sim se dispondo a superá-las. Ele reconheceu que a tarefa não era fácil, mas não era impossível, e que a administração vinha dando conta do recado, embora não exatamente no ritmo que gostariam. Destacou que os números estavam melhorando e que, se não fosse a capacidade demonstrada pela gestão desde o início, nenhuma instituição financeira teria emprestado mais de cem milhões de reais à administração municipal. O Vereador Ilde, registrou a presença do Vereador Alex Rodrigues, membro titular da comissão. Em seguida, reafirmou o compromisso da comissão de realizar uma audiência pública específica sobre o plano de carreira dos profissionais da educação, reconhecendo a importância da pasta de planejamento e destacando que a presença dos representantes da categoria naquela audiência demonstrava a relevância do tema. Ele expressou a expectativa de que o prefeito Abílio Brunini olhasse com bons olhos a demanda e buscasse uma solução conjunta. Em seguida, fez uso da palavra o senhor Robinson Cireia que, fez uma crítica à divulgação das audiências públicas, afirmando que teve dificuldade em descobrir a realização da audiência e sugeriu que a Câmara Municipal melhorasse a comunicação sobre esses eventos, especialmente por tratarem do orçamento municipal. Em seguida, abordou a questão do plano de carreira dos profissionais da educação, mencionando que, ao analisar o orçamento, verificou que havia um "tracinho" na projeção das carreiras. Ele lembrou que o prefeito Abílio Brunini, após as eleições, reuniu-se com funcionários públicos, com as PEs (antigas TDI) e com professores, assumindo o compromisso de atualizar a Lei Orgânica dos Profissionais da Educação. Contudo, ao examinar o orçamento, não havia previsão para essa atualização. Retomou a fala da senhora Marivone que deu exemplo das reuniões da comissão, onde essa comissão elaborou uma minuta de projeto, mas que essa minuta ainda não havia chegado à Câmara Municipal. Ele anunciou que, no dia seguinte, um grupo de profissionais da educação estaria na Câmara para cobrar o andamento do projeto e propor a apresentação de uma emenda que previsse recursos para a atualização do plano de carreira. Ele ressaltou que, embora a previsão não garanta a execução, a ausência de previsão é ainda pior, pois inviabiliza qualquer cobrança futura. Por isso, a categoria estava cobrando no momento certo, durante a



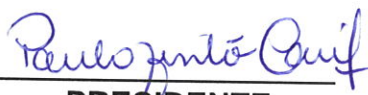
ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

discussão da LDO. Mencionou que o próprio prefeito Abílio Brunini havia feito um comentário em uma publicação do SINTEP no Instagram, dizendo que a atualização do plano de carreira não precisaria estar prevista na LDO, o que, na visão do sindicato, reforçava a necessidade de cobrança. O Presidente Vereador aproveitou para fazer um convite ao senhor Robinson: que a categoria se mobilizasse e comparecesse em peso à Câmara no dia da votação da LDO para pressionar pela inclusão da pauta. Em seguida, complementou o senhor Robinson dizendo que, atualmente, os profissionais da educação são os que recebem os menores salários entre todas as carreiras do município, incluindo profissionais de limpeza e outros cargos, o que evidencia a desvalorização da categoria, por fim deixou o questionamento do porquê a educação era tratada daquela forma. Agradeceu pela oportunidade e encerrou sua fala. Na sequência, o Presidente agradeceu ao senhor Robinson Cireia pela participação e registrou a necessidade de melhorar a divulgação das audiências públicas para que a população possa acompanhar as discussões orçamentárias. Em seguida, passou a palavra novamente ao Secretário Rafael para dar continuidade à apresentação da LDO. O Secretário Rafael iniciou sua fala fazendo uma correção conceitual importante: a LDO não pode criar novos projetos ou novas prioridades. Ele explicou que o Plano Plurianual (PPA) é o instrumento que define o que será feito nos próximos 4 anos, e a LDO deve refletir as prioridades já estabelecidas no PPA. Portanto, se o prefeito afirmou que não colocaria a atualização do plano de carreira na LDO, isso não significa necessariamente um descumprimento, mas sim que, para incluir essa nova prioridade, seria necessário primeiro alterar o PPA, o que exige reuniões, discussões com a sociedade e um remanejamento de recursos, tirando de outras áreas para incluir a nova demanda. Em seguida, o secretário destacou que a apresentação da LDO, tradicionalmente, é composta por um grande volume de planilhas, mas que cerca de 90% a 95% delas se referem à manutenção dos serviços já existentes. Para tornar a exposição mais clara e acessível, ele informou que havia reformulado a apresentação, buscando uma abordagem mais didática, retomou a apresentação. Após a apresentação, o senhor Robinson Cireia dirigiu-se ao Secretário Rafael para fazer uma pergunta sobre a execução orçamentária da educação. Ele mencionou que havia observado na apresentação que a execução da educação atingiu 113% da meta estabelecida e, considerando que esse percentual estava acima da meta, indagou se haveria uma explicação para esse resultado e o que ele significava na prática. O secretário Rafael respondeu que esse percentual não se referia ao mínimo constitucional de 25%, mas sim ao montante efetivamente investido em relação ao que havia sido previsto. Na prática, o município havia aplicado 26,3% da receita na educação, superando os 25% exigidos por lei. Essa aplicação representou um incremento em relação à meta estabelecida. O secretário contextualizou que a gestão anterior havia fixado sua meta de gastos na educação em um patamar que, na prática, resultou em apenas 19% de aplicação efetiva, ou seja, abaixo do mínimo constitucional. Ao assumir, a atual



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

administração considerou que os recursos destinados à educação eram insuficientes e optou por aumentar o investimento, ainda que isso significasse gastar acima do inicialmente previsto. A medida visou criar uma margem de segurança, evitando que a aplicação ficasse no limite mínimo legal, como ocorrera na gestão anterior. Com isso, o prefeito Abílio Brunini determinou que os recursos fossem ampliados, o que resultou no percentual de 26,3% observado, garantindo assim o cumprimento da legislação e uma margem de segurança. Ele destacou que essa é a importância do planejamento: prever adequadamente a receita e a despesa, ajustando os valores sempre que necessário para assegurar o atendimento das prioridades constitucionais. Na sequência, o Vereador Alex Rodrigues, dirigindo-se ao Secretário Rafael, fez uma pergunta: se havia um levantamento sobre as obras paralisadas no município ou se todas as obras constantes da LDO estavam em pleno andamento. O Secretário Rafael respondeu que as obras listadas na LDO são as que estão priorizadas para o próximo ano, com algumas delas tendo sido iniciadas em abril. Ele explicou que há também obras de gestões anteriores incluídas na LDO para evitar os chamados "elefantes brancos", e que o atual prefeito tem a obrigação de concluir essas obras herdadas antes de iniciar novas. Em tese, essas obras estão sendo executadas ou estão em fase de execução, sendo prioridades até 2027. Em seguida, o Presidente vereador Ilde Taques reafirmou o compromisso da comissão com a legalidade e com o cidadão cuiabano, agradeceu pela presença e participação de todos. Às 16h21min(Dezesseis horas e Vinte e um minutos), o Sr. Vereador Ilde Taques – declarou por encerrada a presente Audiência Pública. Esta é a Ata que se lavrou, para constar, devendo ser assinada mediante leitura e aprovação.


PRESIDENTE


SECRETÁRIO


Gislaíne Corrêa Pompêo
Estagiário
Página 11 de 11